

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 83ª REUNIÃO**

Data: 20 de fevereiro de 2006 (10h20 às 17h50).

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério da Justiça: (ausência)
- Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)
- Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Ana Maria Gennari (amgennari@sp.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: (ausência)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.amos@igam.mg.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
- Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
- Indústrias: Maria Luíza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
- Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br)
- Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ipanemasede@yahoo.com.br) (ninonmachado@terra.com.br)
- Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Airton Bodstein Barros (bodstein@vm.uff.br)

CONVIDADOS:

- Anna Virgínia Muniz Machado – ABES (annavirginia.abes@gmail.com)
- Andréa Paula de Carestiatto Costa – Instituto Ipanema / FBOMS (acarestiatto@uol.com.br)
- Clarissa Presotti – Elabore Consultoria (clarissa@elabore.com.br)
- João Bosco Senra – SRH/MMA (joao.senra@mma.gov.br)
- Maria Cristina Yuan – CNI/IBS (crisyuan@ibs.org.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonste@ig.com.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- Thaís Madruga – CONJUR/MMA (thais.madruga@mma.gov.br)

RELATORIA:

- Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte de fevereiro de 2006, no miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 83ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTEL, declarou abertos os trabalhos e desejou boas vindas a todos. Nos **Informes**, justificou a convocação desta reunião com sete dias de antecedência, considerando o final do mandato dos atuais conselheiros em 25 de março próximo e a possibilidade de ampliação da composição do CNRH, com a análise do item 3 de pauta encaminhando proposta de moção de solicitação de alterações com essa finalidade no Decreto nº 4.613, de 2003. Destacou que o texto do Edital para realização das Assembléias permitiria a possibilidade da escolha de um número maior de conselheiros por segmento. Passou a palavra ao Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, que informou sobre a cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a ser realizada no próximo dia 3 de março, possivelmente no Palácio do Planalto, com a participação do Sr. Presidente da República, com convite de participação extensivo a todos. Disse que seria

59 providenciado um conjunto especial dos volumes do Plano para receber a assinatura dos
60 Conselheiros presentes à cerimônia, conforme aprovado durante a 17ª Reunião Extraordinária
61 do CNRH. Informou sobre a inserção de apresentação sobre o Plano no 4º Fórum Mundial
62 das Águas, a ser realizado na cidade do México, além da elaboração de um Resumo
63 Executivo, com versões em inglês e espanhol, para o mesmo evento. A Sra. Ninon Machado
64 (ONGs) destacou a participação cada vez mais efetiva do País nos eventos do Fórum, a partir
65 de 2003. Informou sobre audiência pública do Tribunal Latino-americano da Água (**Anexo**
66 **II**), a ser realizada no México, de 13 a 22 de março próximo, contando com a participação da
67 ONG Defensoria da Água, uma entidade não filiada ao FBOMS. Falou sobre a inauguração
68 da primeira de um total previsto de quatro Oficinas de Capacitação Rural ligadas à gestão de
69 recursos hídricos, um projeto financiado com recursos da cobrança pelo uso da água na bacia
70 do rio Paraíba do Sul. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) informou sobre reunião do
71 colegiado coordenador do 8º Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, evento
72 cujo tema será “O Plano Nacional de Recursos Hídricos e a gestão participativa”, com
73 proposta de data de realização para 24 a 27 de maio próximo, em Vitória-ES. O Sr. Julio
74 Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou registro da importância das atividades do Fórum de
75 Comitês, nesses seus oito anos de existência, para a consolidação do Sistema Nacional de
76 Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Passou então para o **Item 2 de pauta:**
77 **aprovação da ata da 82ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com as modificações solicitadas
78 pelo Sr. Maurício Vasconcellos (ANA), pela Sra. Ninon Machado (ONGs), pela Sra. Patrícia
79 Boson (Indústria) e pelo Sr. Donizete Tokarski (Consórcios). Passando ao **Item 3 de pauta:**
80 **análise de proposta de alteração da composição do CNRH**, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
81 (SRH/MMA) indicou a importância dessa proposta de Moção (**Anexo III**) apresentada para
82 discussão e solicitou registro do esforço empreendido no âmbito da SRH/MMA, na pessoa do
83 Secretário João Bosco Senra, no sentido da viabilização dessa intenção de ampliação da
84 composição do CNRH, entendido como um grande avanço para o SINGREH. O Sr. Airton
85 Bodstein de Barros (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) ressaltou que a primeira
86 proposta de Moção nesse mesmo sentido, a Moção CNRH nº 1, de 2000, fora apresentada por
87 ele e pelo Secretário João Bosco Senra, na ocasião representante do Conselho Estadual de
88 Recursos Hídricos - CERH de Minas Gerais. Em complementação, o Sr. João Bosco Senra
89 (SRH/MMA) disse que a citada Moção teria gerado a ampliação de 29 para 57 membros do
90 CNRH, estabelecida no Decreto nº 4.613, de 2003. Desde então, indicou, a União viria
91 mantendo o seu percentual máximo previsto de participação no CNRH, de 50% mais um de
92 membros. Falou sobre o recebimento de solicitações de ampliação da participação no CNRH
93 por parte dos CERHs, assim como dos segmentos dos usuários e da sociedade civil, inclusive
94 também de comunidades indígenas. Com isso, prosseguiu, teriam sido mantidos
95 entendimentos nesse sentido junto à Casa Civil da Presidência da República desde o ano de
96 2005. Destacou que o debate sobre uma nova composição para o CNRH se iniciaria nessa
97 reunião, com a apresentação da proposta de Moção. Em complementação, a Sra. Ninon
98 Machado (ONGs) apontou a intenção, trazida na proposta de Moção apresentada, de aumento
99 do número de membros do CNRH de forma a desfazer a atual maioria dos representantes do
100 Governo Federal. Confirmando, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) explicou a pretensão de
101 manutenção das vagas do Governo Federal e a ampliação das referentes aos demais
102 segmentos, uma forma de atendimento a essa intenção, tendo sido descartada a possibilidade
103 inversa, pela importância de uma maior participação dos Ministérios para a transversalidade
104 do tema recursos hídricos no Governo Federal. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA)
105 manifestou seu descontentamento com a necessidade de definição de titularidade entre os
106 representantes dos CERHs, motivada pelo atual número de vagas destinadas a esse segmento
107 no CNRH, uma posição cujo desconforto teria sido evidente durante recente debate do Projeto
108 de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A
109 Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) solicitou que se ponderasse
110 sobre as consequências de uma diminuição da participação do Governo Federal para o
111 planejamento de questões relacionadas à água no País, tendo em vista a condição do CNRH
112 de órgão de Estado e as competências a ele atribuídas, dentre estas a de formulação da Política

113 Nacional de Recursos Hídricos. Questionou se a idéia seria a redução do olhar público sobre
114 as questões da água afetas ao CNRH. O Sr. Airton Bodstein de Barros (Organizações técnicas
115 e de ensino e pesquisa) apontou duas discrepâncias na composição do CNRH existentes à
116 época da citada Moção CNRH nº 1, de 2000: a participação do Governo Federal no limite
117 máximo estabelecido, que poderia ser corrigida a partir dessa proposta de Moção; a
118 participação desigual entre União e Estados, considerando-se a dupla dominialidade
119 estabelecida para os cursos de água, a qual, pela indicação trazida na proposta de Moção,
120 deveria permanecer. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) expôs seu desagrado com essa proposta
121 de ampliação, que historicamente implicaria em dificuldades operacionais; traçou uma
122 analogia com o CONAMA, atualmente com 103 membros. Disse que defendia uma revisão
123 da participação do Governo Federal na busca do equilíbrio pretendido, sugerindo para tanto
124 um mapeamento da participação dos seus representantes nas reuniões plenárias e das Câmaras
125 Técnicas. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) destacou a ausência de operacionalidade inerente
126 aos conselhos com muitos membros. Lembrou que a Lei nº 9.433, de 1997, estabelecia
127 composições paritárias de forma a privilegiar todos os olhares sobre a questão da água, o que
128 indicaria uma necessidade de debate da participação dos comitês e dos conselhos estaduais,
129 representativos do olhar público. Nesse mesmo sentido, questionou também a participação da
130 Agência Nacional de Águas - ANA entre os representantes do Governo Federal no CNRH,
131 criando-se uma condição na qual o órgão executor da Política Nacional atuaria participando
132 da sua elaboração. Concluindo, questionou se a pressa no encaminhamento de uma proposta
133 de alteração da composição do CNRH não estaria impedindo debates conceituais importantes,
134 como estes por ela supracitados. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) indicou que a
135 representação federal no CNRH não poderia suprimir a participação dos CERHs e dos
136 Comitês, pelo seu papel representativo das políticas estaduais e das advindas da sociedade,
137 respectivamente. Finalizou questionando a ausência de uma proposta quantitativa básica no
138 Anexo da proposta, como um ponto de partida para os debates. A Sra. Ninon Machado
139 (ONGs) expôs sua preocupação com as conseqüências operacionais de um aumento de
140 representantes no CNRH. Observou que careceria uma verificação da participação das
141 representações do Governo Federal e também dos CERHs nas reuniões plenárias e de
142 Câmaras Técnicas antes da definição de uma proposta de alteração da composição do CNRH.
143 Para esse novo equilíbrio de representatividade pretendido, destacou a importância da
144 observância de uma condição de legitimidade, investindo-se dessa forma na qualificação do
145 controle social. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e
146 turismo) expôs seu contentamento com a possibilidade de ampliação apresentada. Destacou a
147 importância da representação do Governo Federal no CNRH pelos seus Ministérios, pelo
148 favorecimento à transversalidade do tema recursos hídricos. Enalteceu também a participação
149 dos Estados, opinando pela inclusão de todos que tivessem CERHs atuantes. Propôs que a
150 discussão sobre o quantitativo da ampliação fosse iniciada desprovida de preocupação com o
151 somatório final. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) disse concordar com a indicação de
152 dificuldades de operacionalização de colegiados com muitos membros, pela perda de
153 capacidade de coordenação e diluição da capacidade de comando. Opinou que o Governo
154 Federal não deveria diminuir sua participação em prol do equilíbrio pretendido, considerando
155 a sua posição de principal agente implementador da Política Nacional. O Sr. Marcus Vinicius
156 Silva (Comitês) iniciou destacando os comitês como a célula mãe do SINGREH, o que
157 justificaria inclusive a sua própria existência. Opinou que para a elaboração de uma proposta
158 de ampliação do CNRH caberia também uma análise com foco em aspectos qualitativos.
159 Ressaltou que, entretanto, o momento e a oportunidade para um equilíbrio na composição do
160 CNRH deveriam ser considerados, cabendo o efetivo início dos debates, com a informação
161 inicial do número pretendido. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica)
162 ratificou seu questionamento sobre a pretensão de uma diminuição do olhar público sobre a
163 questão da água no País. Em resposta, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) indicou que o
164 Governo pretendia manter o seu comprometimento com as questões relacionadas à água, não
165 sendo entendido como viável, portanto, a diminuição de sua participação. Disse concordar
166 com as questões conceituais apresentadas, indicando-as como inerentes a esta CTIL, o que

167 não deveria ser impedimento para a apreciação nesta reunião de uma proposta de ampliação
168 do CNRH. Destacou como uma questão fundamental de princípios a exigência, trazida no
169 Anexo, de duas reuniões anuais para a participação dos CERHs, que fora inserida em prol da
170 sua representatividade. Referindo-se à definição do quantitativo de novas vagas, incitou o
171 debate nesta CTIL, lembrando que um limite máximo deveria ser considerado para a própria
172 operacionalidade do CNRH. Finalizou indicando como sinalização principal a disposição do
173 Governo Federal de não assumir mais a condição máxima permitida para a sua participação
174 no CNRH, de 50% mais um membros. A Sra. Ninon Machado (ONGs) destacou a
175 importância dessa proposta de ampliação para a condição nacional do CNRH. Solicitou que a
176 proposta apresentada por correio eletrônico pela Sra. Malu Ribeiro (Fundação SOS Mata
177 Atlântica – Rede das Águas) fosse inscrita nesta ata, como registro, o que segue: “Aos
178 Conselheiros e representantes da SRH. Apoiamos a moção apresentada, porém solicitamos
179 especial atenção dos Conselheiros e representantes da SRH e MMA para a manutenção do
180 equívoco jurídico apresentado na minuta, por meio do anexo 1, com relação a classificação
181 dos Comitês de Bacias Hidrográficas como entidades da sociedade civil. Destacamos que os
182 Comitês de Bacias são colegiados, integrantes do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e
183 dos Sistemas Estaduais, sem personalidade jurídica, instituídos por Lei ou ato normativo
184 oficial e que, portanto, não são entidades civis. São instituições públicas, compostas por
185 representantes dos Governos e da Sociedade e que como tal devem ser incluídas dentre as
186 entidades Governamentais, no grupo dos Conselhos Estaduais. Entendemos que o CNRH
187 deve ser a instância maior do Sistema Nacional e que, assim sendo, sua composição deva
188 seguir o mesmo modelo dos Colegiados que são a sua base. Como contribuição para
189 apreciação de todos, propomos que o CNRH seja dividido em três grupos: 1 - Poder Público;
190 2 - Entes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (Conselhos Estaduais e Comitês de
191 Bacias); 3 - Sociedade Civil e Usuários (instituições e entidades com personalidade jurídica).
192 Na certeza do encaminhamento da presente proposta aos integrantes do Conselho,
193 agradecemos a atenção. Respeitosamente, Malu Ribeiro. Fundação SOS Mata Atlântica -
194 Rede das Águas.” O Sr. Airton Bodstein de Barros (Organizações técnicas e de ensino e
195 pesquisa) propôs que fosse estudada a aplicação de um mecanismo, como a dilatação do atual
196 mandato dos Conselheiros, que possibilitasse um maior debate sobre a ampliação proposta,
197 inclusive no âmbito de cada segmento. Solicitou registro de congratulações para a atitude do
198 Governo na apresentação dessa proposta de ampliação, sugerindo uma moção nesse sentido.
199 A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) disse ser também favorável a mais tempo para um
200 melhor debate do tema. Indicou sua impressão de que esta proposta de ampliação se tratasse
201 de um ato autoritário de Governo, o que estaria se desvanecendo com os debates. O Sr. João
202 Bosco Senra (SRH/MMA) negou a intenção de uma ação autoritária, destacando uma
203 condição de oportunidade. Ratificou que as demandas encaminhadas teriam levado a esse
204 processo de ampliação, identificando como dele mesmo, e não uma perspectiva da Casa Civil,
205 a decisão de encaminhamento dos debates para esta CTIL, do CNRH. Observou que as
206 próprias diretrizes de ação do MMA viriam ao encontro desse processo de mudança, na busca
207 de um maior controle social e de um processo participativo nas ações do CNRH. Classificou a
208 proposta de consulta aos respectivos segmentos como não impeditiva, considerando-se a
209 representatividade dos membros desta CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), na
210 sua condição de Diretor da SRH/MMA, registrou seu testemunho que esse processo de
211 ampliação não pretendeu ser autoritário. Reiterou a questão da oportunidade, lembrando que
212 no processo de ampliação anterior, de 29 para 57 membros, não houvera espaço para um
213 debate sobre a participação percentual do Governo Federal. Propôs que fosse iniciada uma
214 tentativa real de proposta de quantificação de vagas. Lembrou ainda de outros pontos
215 importantes para debate, como a proposição de confirmação de atividade dos CERHs. Como
216 encaminhamento, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) propôs que o primeiro debate fosse da
217 oportunidade de ampliação, para em seguida definir-se o quantitativo. A Sra. Patrícia Boson
218 (Indústria) assentiu e acrescentou sua concordância com a exigência de qualificação aos
219 CERHs, destacando ainda a importância da qualificação da participação dos segmentos
220 usuários e da sociedade civil, onde caberia uma representação nacional. De sua parte, o Sr.

Airton Bodstein de Barros (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) encaminhou pela discussão prévia sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros, como forma de possibilitar um maior debate da questão. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reiterou a questão da representatividade acima apresentada pela Sra. Patrícia Boson (Indústria) e disse que seria um contra-senso o segmento da indústria não apoiar a proposta de ampliação. Considerando a inviabilidade exposta para o prolongamento dos debates, sugeriu que fossem então definidas premissas iniciais, como um número máximo de membros, condicionantes para a representatividade, entre outros. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA) ressaltou que os Estados se encontrariam em estágios diferentes de implementação de sua Política, o que não poderia se constituir em um impeditivo, uma desmotivação, para a participação dos respectivos CERHs. Portanto, concluiu, caberiam reflexões sobre o estabelecimento de regras restritivas à sua participação. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios), em concordância, opinou que regras restritivas para os CERHs poderiam favorecer um desequilíbrio regional de participação, aliado a um componente de desmotivação aos Estados ainda incipientes em sua Política. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou uma avaliação política da oportunidade de ampliação ao Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), que disse entender que ela se apresentava neste momento. Uma abertura dos prazos de discussão, falou o Sr. Secretário, implicaria correr-se o risco de perder o momento de prioridade do tema no Governo. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) prosseguiu questionando qual seria a possibilidade de diminuição da participação do Governo Federal no CNRH, alcançando-se o mesmo objetivo de redução da participação máxima, utilizando-se para tanto, por exemplo, o critério de participação efetiva nas reuniões plenárias. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que tal possibilidade não fora considerada, carecendo de um debate prévio. O Sr. Airton Bodstein de Barros (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa), com base nas premissas apresentadas, retirou a sua proposta de adiamento dos debates, que incluía a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros. Em seguida, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), às 12h45, propôs pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14h45, quando o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) indicou que a apresentação das diferentes propostas poderia auxiliar na identificação de tendências. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) expôs seu entendimento pela inclusão de vagas para representantes da totalidade dos CERHs. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) observou que tal posição não implicaria em 27 novas vagas, pela intenção de estabelecimento de regra restritiva visando um incentivo ao funcionamento dos CERHs. Ainda sobre a questão dos CERHs, a Sra. Adriana Ramos (CERH-MG) propôs sua inclusão como membros natos do CNRH, não contabilizados para efeito de quorum, tendo direito a voto os que atendessem aos condicionantes fixados. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concedeu, então, um tempo livre para debates. No retorno, foram apresentadas três propostas quantitativas: pela Sra. Cristina Yuan (Indústria), com 29 vagas para o Governo Federal, 14 para os CERHs, 9 para a sociedade civil e 15 para usuários, totalizando 67; pela Sra. Patrícia Boson (Indústria), respectivamente, 16, 27, 10 e 18, totalizando 71; pelo Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês), respectivamente, 29, 14, 10, 8, totalizando 61. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) esclareceu que em momento algum havia sido apresentada junto à Secretaria Executiva do CNRH qualquer demanda pela diminuição da participação do Governo Federal. Houvera sim, prosseguiu, críticas pelo caráter federal do CNRH considerando a proporcionalidade de participação do Governo, com solicitação da diminuição desta última. Portanto, disse, o processo de discussão junto à Casa Civil não previra a diminuição absoluta dessa participação. Indicou que, em sendo de outra forma, não havia a possibilidade de encaminhamento da questão, sendo que a ausência de consenso nesta CTIL apontaria para uma não adequação de momento. Diante do exposto, foi consenso que não caberia debate sobre proposta apresentando redução da participação do Governo Federal, tendo sido desconsiderada, portanto, a apresentada pela Sra. Patrícia Boson (Indústria). Foi consenso ainda o teto máximo de 71 membros. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) apresentou então uma nova proposta de ampliação, totalizando 69 membros, da seguinte forma: 29 vagas para o Governo Federal, 14 para os CERHs, 10 para a sociedade civil e 16 para os usuários. Encaminhando os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que todas as

propostas apresentavam a manutenção das 29 vagas para o Governo e a ampliação para 14 no caso dos CERHs. Portanto, concluiu, caberia debate sobre o quantitativo para os segmentos dos usuários e da sociedade civil. Os debates prosseguiram sob esse direcionamento, sendo consenso a indicação de 16 vagas para os usuários e 12 para a sociedade civil, distribuídas conforme a seguir. Para os usuários: 2 para irrigantes; 3 para instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; 3 para concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica; 2 para hidroviários, sendo uma para o setor portuário; 4 para a indústria, sendo duas para o setor minerometalúrgico; 2 para pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo, sendo uma para pescadores e aquícultores. Para a sociedade civil: 3 para consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo duas para os comitês; 3 para organizações técnicas e de ensino e pesquisa, sendo uma para as organizações técnicas, uma para as entidades de ensino e pesquisa e a terceira, em alternância; 4, das quais 3 para as organizações não-governamentais e uma para os povos indígenas e comunidades tradicionais. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) solicitou a colaboração de todos na divulgação das assembleias eletivas para o CNRH, em busca de uma maior representatividade. Propôs que esta CTIL, em seguida ao processo eletivo em curso, se ocupasse do debate das regras vigentes estabelecidas na Resolução CNRH nº 14. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) opinou que na conseqüente alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, deveriam ser inseridas regras de qualificação visando a representatividade. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) alertou que, em prol do processo eletivo em curso, não caberiam alterações que implicassem em contradições com o Edital publicado (**Anexo IV**). Aproveitou para solicitar o empenho de todos na aprovação da proposta de Moção em questão no Plenário do CNRH, ou seja, que o consenso obtido nesta CTIL ali se refletisse. Agradeceu a participação e a contribuição de todos e solicitou registro da disposição do MMA e da Casa Civil para a efetivação das mudanças aqui em discussão. Em prosseguimento, partiu-se para a discussão do texto da proposta de Moção e respectivo Anexo, que ficou conforme **Anexo V**. Passou-se então ao **Item 4 de pauta: análise de proposta de Moção que recomenda a informação das bacias hidrográficas nas placas rodoviárias indicativas dos cursos de água**, encaminhada pela Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM. Com a palavra, o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que participara da reunião da CTEM de encaminhamento da matéria. Informou que, no retorno do debate do tema solicitado por esta CTIL, os membros da CTEM teriam se ocupado principalmente em retirar do âmbito da Moção (**Anexo VI**) qualquer indicação de detalhamento para o processo proposto, limitando-a a uma recomendação, mantendo-se como um passo seguinte a pretensão de debate técnico para sua implementação. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) expôs seu posicionamento contrário ao encaminhamento da matéria. Considerou ainda que a nova proposta apresentada evidenciava um não atendimento às solicitações encaminhadas por esta CTIL, conforme a ata da sua 82ª reunião. A Sra. Adriana Ramos (CERHMG) opinou que caberia, no texto da Moção, uma ressalva à legislação aplicável. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) lembrou que a proposta de Moção se configurava como uma indicação política, sendo a sua parte técnica abordada como um passo seguinte. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) manifestou-se favorável ao debate da matéria e ao seu encaminhamento nesta reunião. Após manifestações, foi consenso a discussão do tema nesta reunião. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) argumentou que a proposta deveria conter recomendação para quem de competência formasse um grupo de trabalho com a Secretaria Executiva do CNRH, visando o estudo da melhor forma de implementação do proposto na Moção. Sugeriu ainda que a Moção trouxesse indicadores de acompanhamento da sua implementação e concluiu indicando como inócuo o encaminhamento proposto, apesar da riqueza da idéia. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) lembrou que o tema fora debatido na CTEM em várias reuniões, assim como em duas desta CTIL. Disse que não caberia ao CNRH estabelecer atribuições aos órgãos competentes envolvidos e que, portanto, a articulação para implementação da proposta deveria se dar como um passo subseqüente ao encaminhamento da Moção. Ressaltou que o índice de substituição das placas rodoviárias atuaria diluindo o

329 custo do processo, que em momento algum indicava a colocação de novas placas. O Sr.
330 Airton Bodstein de Barros (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) lembrou que a esta
331 CTIL caberia a análise dos aspectos legais e institucionais das propostas encaminhadas pelas
332 demais CTs, devendo ser considerado o processo pretendido pela CTEM, cuidando-se para
333 não cercear suas ações. A Sra. Ninon Machado (ONGs) lembrou que a informação seria um
334 dos objetivos estabelecidos para a Década Brasileira da Água e que esta Moção atuaria neste
335 sentido. Reforçou a proposta apresentada de inserção de ressalva à legislação aplicável. O Sr.
336 Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) arguiu sobre o encaminhamento da matéria, tendo sido
337 ratificada a sua apreciação nesta reunião. Partiu-se então para a análise do texto da Moção,
338 quando foi inserido, ao final do primeiro parágrafo da recomendação, o termo “respeitada a
339 legislação aplicável”. Foi então solicitado o encaminhamento da proposta de Moção (**Anexo**
340 **VII**) para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL.
341 Passou-se assim ao *Item 5 de pauta: relato dos trabalhos do GT “Água e floresta”, do GT*
342 *“Resolução ANA n° 399, de 2004” e do GT “SIAPREH”*. A Sra. Ninon Machado (ONGs),
343 coordenadora do GT “Água e floresta”, informou que este GT se reuniria no dia de amanhã,
344 21 de fevereiro, para avaliação dos trabalhos e dos rebatimentos da Moção CNRH n° 36, de
345 2006. Como próximos passos, destacou a intenção de debate sobre a questão do usuário-
346 pagador, além da realização de seminário sobre o tema da integração da gestão de recursos
347 hídricos e de florestas. Por oportuno, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou a retirada
348 deste GT da participação do segmento da indústria. A Sra. Thaís Madruga (CONJUR/MMA),
349 coordenadora do GT “Resolução ANA n° 399, de 2004”, informou que o GT se reuniria no
350 mês de novembro passado, com a participação de representantes do IBGE, quando teriam sido
351 relatados e debatidos os processos desenvolvidos pelo órgão com possíveis interfaces com o
352 estabelecido pela referida Resolução da ANA. Na ocasião, disse, fora solicitada manifestação
353 formal daquele órgão, ainda não recebida, sendo também considerada pertinente uma visita
354 para esclarecimentos e debates técnicos, efetivada em reunião realizada em dezembro na sede
355 do IBGE, cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a participação do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo
356 (SRH/MMA), técnicos e dirigentes de áreas pertinentes do IBGE. Informou que também este
357 GT se reuniria no dia de amanhã, 21 de fevereiro. A Sra. Liliana Pimentel (SRH/MMA),
358 representando a Sra. Maria Manuela Moreira (SRH/MMA), coordenadora do GT
359 “SIAPREH”, informou que o GT encerrara os trabalhos de análise do conteúdo dos
360 questionários do SIAPREH, se encontrando no aguardo do desenvolvimento do *software*
361 específico para o Sistema, pendente de contratação para desenvolvimento, a cargo da
362 SRH/MMA. Ressaltou que a proposta de Resolução apresentada pelo GT se encontrava em
363 análise no âmbito da SRH/MMA, em atendimento ao Plenário do CNRH. Passando aos
364 **Assuntos gerais**, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) relatou que a Secretaria
365 Executiva efetivara consulta aos Conselheiros sobre o interesse de participação nas Câmaras
366 Técnicas de Ciência e Tecnologia – CTCT e na de Análise de Projeto – CTAP, em
367 consequência da existência de vagas e da ausência de definição de suplências. Considerando
368 as manifestações recebidas, em número superior às vagas, e pelo ineditismo do caso, expôs
369 seu entendimento pelo encaminhamento do tema para uma decisão final do Plenário do
370 CNRH. Foi consenso a decisão conforme acima sugerido. Portanto, o assunto deverá ser
371 incluído como item de pauta da próxima reunião desta CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
372 (SRH/MMA) prosseguiu indicando o recebimento de correspondência conjunta das Câmaras
373 Técnicas de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras –
374 CTPOAR e de Águas Subterrâneas – CTAS, (**Anexo VIII**), sobre a questão da outorga de
375 direito de uso de recursos hídricos para o uso de águas minerais, tema em debate em um
376 Grupo de Trabalho conjunto. Relembrou a passagem desse assunto em reunião desta CTIL,
377 com a solicitação de pareceres às Consultorias Jurídicas do MMA e do Ministério de Minas e
378 Energia – MME, o recebimento e encaminhamento às respectivas Câmaras Técnicas do
379 parecer da CONJUR/MMA, o posterior recebimento e encaminhamento do parecer da
380 CONJUR/MME. Nesse Ofício recebido, disse, seria encaminhada uma solicitação de envio do
381 tema para análise no âmbito da Advocacia Geral da União - AGU, tendo em vista os pareceres
382 contraditórios apresentados. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que para a resolução da

questão carecia um posicionamento de Governo. Referindo-se à última reunião do GT CTPOAR/CTAS, disse que havia a indicação de um bom caminho a seguir. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que a Secretaria Executiva do CNRH enviasse consulta formal ao MME sobre o encaminhamento dessa questão a AGU. Houve a concordância de todos. O tema foi então definido como pauta para a próxima reunião. Prosseguindo, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) expôs a intenção de realização de reunião desta CTIL durante o evento do 8º Encontro do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, previsto para a cidade de Vitória-ES no mês de maio próximo. Na ocasião, propôs, seria reaberta a discussão no âmbito desta CTIL sobre a revisão da Resolução CNRH nº 5, de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica. Houve a concordância de todos. Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), às 17h50, agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 83ª reunião da CTIL.

RESUMO DA REUNIÃO:

- Item 2: foi aprovada, com modificações, a ata da 82ª reunião da CTIL;
 - Item 3: a proposta de Moção apresentada solicitando alteração da composição do CNRH sofreu alterações, tendo sido recomendado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH;
 - Item 4: a proposta de Moção encaminhada pela CTEM sofreu alterações pertinentes à CTIL, tendo sido recomendado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH;
 - Item 5: as coordenadoras dos GTs apresentaram informes sobre as atividades dos respectivos Grupos;
 - Assuntos gerais: a questão das manifestações de interesse de participação na CTCT e na CTAP, considerando-se o total recebido, em número superior às vagas, e o ineditismo do caso, foi definida como item de pauta da próxima reunião; foi recebido Ofício conjunto da CTPOAR e CTAS sobre a questão da outorga para o uso das águas minerais, sendo o assunto indicado como item de pauta para a próxima reunião, solicitando-se que a Secretaria Executiva formalizasse consulta ao MME sobre o envio do tema à AGU.
- Ata aprovada na 84ª reunião, realizada em 16 de maio de 2006.

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Relator